

Política Contenciosa Territorial e Desenvolvimento Socioterritorial: interações e convergências desde a agroecologia

Anderson Antonio da Silva

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.

e-mail: anderson.peasant@gmail.com

José Sobreiro Filho

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: jose.sobreiro@unb.br

Resumo

Neste artigo apresentamos o Desenvolvimento Socioterritorial (DS) como uma categoria de análise capaz de compreender as interações entre alguns processos que comumente são analisados em separado como a luta pela terra, na terra, os movimentos socioterritoriais e a transição agroecológica. Debates sobre como o desenvolvimento socioterritorial apresenta-se enquanto uma ferramenta de análise comprometida com a leitura das transformações territoriais que resultam da convergência entre os princípios da agroecologia com os da luta política dos movimentos socioterritoriais. Discutimos o caráter subversivo da agroecologia, enquanto exemplo de Política Contenciosa Territorial (PCT), construída a partir de experiências agroecológicas camponesas. Advogamos que a agroecologia é um dos únicos sistemas produtivos que interpretado sobre a perspectiva teórica de Polanyi, oferece possibilidades de promover a “(re)embeddedness” (reincrustação) da “(dis)embeddedness” (desincrustação) da sociedade, pois permite desfazer ajustes espaço-temporais hegemônicos, impostos pela lógica do agronegócio e do regime alimentar corporativo.

Palavras-chave: Reincrustação; desincrustação; camponeses; regime alimentar corporativo.

Contentious politics and socio-territorial development: interactions and convergences from agroecology

Abstract

In this article we present socioterritorial development as a category of analysis capable of understanding the interactions between some processes that are commonly analyzed separately, such as the struggle for land, on land, socio-territorial movements and the agroecological transition. We discussed how socioterritorial development presents itself as an analysis tool committed to the reading of territorial transformations that result from the convergence between the principles of agroecology and those of the political struggle of socio-territorial movements. We discussed the subversive character of agroecology, as an example of Territorial contentious Policy (PCT), built from peasant agroecological experiences. We argue that agroecology is one of the only productive systems that, interpreted on Polanyi's theoretical perspective, offers possibilities to promote the “(re) embeddedness” of the “(dis) embeddedness” of society, as it allows undoing adjustments space-time hegemonic, imposed by the logic of agribusiness and the corporate diet.

Keywords: (Re)embeddedness; (dis)embeddednes; peasants; corporate diet.

Política contenciosa territorial y desarrollo territorial: interacciones y convergencias desde la agroecología

Resumen

En este artículo presentamos el desarrollo socio-territorial como una categoría de análisis capaz de comprender las interacciones entre algunos procesos que comúnmente se analizan por separado, como la lucha por la tierra, en la tierra, los movimientos socio-territoriales y la transición agroecológica. Discutimos cómo el desarrollo socio-territorial se presenta como una herramienta de análisis comprometida con la lectura de las transformaciones territoriales que resultan de la convergencia entre los principios de la agroecología y los de la lucha política de los movimientos socio-territoriales. Discutimos el carácter subversivo de la agroecología, como ejemplo de Política de Contenciosa Territorial (PCT), construida a partir de experiencias agroecológicas campesinas. Argumentamos que la agroecología es uno de los únicos sistemas productivos que, interpretado desde la perspectiva teórica de Polanyi, ofrece posibilidades para promover el “reincorporación; desincorporación” de la sociedad, ya que permite deshacer ajustes el espacio-tiempo hegemónico, impuesto por la lógica de la agroindustria y el régimen empresarial.

Palabras-Clave: Reincorporación; desincorporación; campesinos; régimen agroalimentario empresarial.

Introdução

Neste artigo debatemos como o Desenvolvimento Socioterritorial apresenta-se enquanto uma ferramenta de análise comprometida com a leitura das transformações territoriais que resultam da convergência entre os princípios da agroecologia e as Políticas Contenciosas dos movimentos socioterritoriais. Simultâneo ao debate sobre o Desenvolvimento Socioterritorial (DS) discutimos a importância da Política Contenciosa Territorial (PCT) como um instrumento de análise voltado à leitura de processos relacionados à construção da autonomia territorial. A luta pela terra, na terra, as ações dos movimentos socioterritoriais e a transição agroecológica são amplamente documentadas pela literatura, no entanto os desdobramentos produzidos por estes processos comumente são analisados em separado.

Em suma, o debate envolvendo a PCT ao longo do artigo tem como objetivo apresentar-se enquanto instrumento capaz de aglutinar e refletir transformações territoriais desde posições teóricas que oscilam entre perspectivas reformistas, progressistas e radicais. A ideia central é desvelar o caráter subversivo da agroecologia enquanto exemplo de Política Contenciosa Territorial contido em todas essas perspectivas.

O texto encontra-se dividido em cinco partes, além da presente que possui caráter introdutório e das considerações finais. Na primeira, trazemos uma leitura sobre a Política Contenciosa Territorial: primeiras aproximações, destacando alguns dos autores mais influentes e suas ideias. Ao longo do texto ponderamos que no âmbito da relação entre conflito e desenvolvimento, ainda é fundamental esclarecer que as experiências agroecológicas são exemplos reais tanto das diferentes formas de Desenvolvimento Socioterritorial produzidas

pelos movimentos socioterritoriais camponeses, quanto da imprescindibilidade do conflito e da lógica dialética para estabelecimento de juízo e entendimento sobre o que se define por Desenvolvimento para as classes populares.

Na segunda parte, apresentamos a relação entre os paradigmas, o Desenvolvimento Socioterritorial e a Política Contenciosa Territorial de modo a propor uma abordagem que articule a teoria e a realidade. Na terceira parte, Luta pela Terra, Política Contenciosa Territorial e os Princípios da Agroecologia, destacamos a importância dos espaços de socialização política para encetar os princípios da transição agroecológica. Ainda neste tópico chamamos atenção para a relevância da educação e da aprendizagem territorial como componentes da PCT.

Na quarta parte apresentamos o conceito de Desenvolvimento Socioterritorial e advogamos que a agroecologia, vista desde o pensamento de Polanyi, devolve, tanto aos camponeses quanto à sociedade o controle de relações sociais que foram sequestradas pela crença do mercado livre. Depois disso, na quinta parte apresentamos algumas aproximações entre a agroecologia e o pensamento de Karl Polanyi.

Por último, discutimos como que os instrumentais analíticos apresentados ao longo do texto contribuem com a compreensão das transformações territoriais em níveis escalares distintos e, que pelo fato de abarcar a ideia de autonomia territorial a PCT mantém nítidas zonas de contato com o debate sobre resistência e processos de luta social, que envolvem matrizes teóricas e particularismos militantes distintos, porém situados dentro de um mesmo campo político (o progressista).

A Política Contenciosa Territorial: primeiras aproximações

Na Geografia brasileira, Sobreiro Filho (2016; 2017; 2020) tem saído em defesa da imprescindibilidade da análise das políticas contenciosas para a compreensão do processo de produção do espaço e a resistência nos lugares e territórios, uma vez que as entendem como atributo de suas naturezas e de suas respectivas produções. Leitner enfatiza o uso do conceito para descrever fenômenos de resistências às normas hegemônicas. Embora diversos autores da literatura geral permeiam o debate, Tarrow é o autor que melhor define *contentious politics*:

[...] contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, longstanding and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contentiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the

presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcome is a revolution (TARROW, 2011, p. 16).

Há em Tarrow o destaque para as ameaças e mudanças às oportunidades e participações políticas, o que, do ponto de vista geográfico, nos possibilita pensar essa mesma questão a partir de suas categorias (espaço, território, lugar, paisagem, escala, natureza, rede etc.). Apesar das múltiplas possibilidades, a este trabalho é pertinente o debate sobre as Políticas Contenciosas, espaço e território para conferir maior significado àquilo que temos entendido como Políticas Contenciosas Territoriais. Nossa preocupação deve-se ao reconhecimento de que as relações contenciosas e os confrontos políticos, em si, expressam e são expressões do espaço, dos lugares, dos territórios, das paisagens, das redes, das escalas e da(s) natureza(s). A premissa é embotada de doses de simplicidade que visam captar e expor a indissociabilidade espaço-temporal da conflitualidade, portanto, não obstante do modo como as relações sociais historicamente ocorrem, trata-se também de um fenômeno espacial e, por isso, de uma relação socioespacial contenciosa.

A centralidade da Política Contenciosa Territorial está no entendimento de como fenômenos socioespaciais contra-hegemônicos tem suas bases na relação entre as ações contenciosas coletivas e individuais permanentes nos territórios. O território é marcado por uma, algumas ou todas as relações (econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais) que de um modo ou outro confrontam as ordens hegemônicas e outras formas de opressões para salvaguardar os interesses das classes populares e minorias. São espaços delimitados por relações de poder, mas também insubmissos e subversivos face ao mercado, ao agronegócio, à homogeneização cultural etc. e comprometidos com aspectos qualitativos e quantitativos da resistência cotidiana. As experiências tocam em maior ou menor tom algumas ou todas as dimensões do território. Com lastro nas classes populares, são territórios, via-de-regra, produzidos por movimentos socioterritoriais atentos a fazer deles espaços que deem base solidária, de onde partam, onde se desenvolvem e cuja própria existência significa o confronto.

Primeiramente, precisamos entender que para os sujeitos contra-hegemônicos, o território é o confronto em si. Seu proceder, seus conhecimentos, sua figura enquanto referência, seus interesses e seu lastro de classe, gênero, raça etc. não significam outra coisa que alguma forma de subversão. São territórios que contam com militantes para defendê-los e desenvolvê-los e cujas ações confluem para a manutenção de sua existência. Aos olhos das hegemonias, são espaços que não deveriam existir ou que suas relações não pudessem ser insubmissas e transformadoras. Portanto, são espaços vitais onde Políticas Contenciosas são projetadas no e desde os territórios. Implicam também uma dinâmica de solidariedade

para com outros territórios tendentes à insubordinação, evidenciando-os como produtos e produtores das políticas contenciosas e da conflitualidade.

Nesse sentido, a principal ação coletiva da atualidade trata-se da manutenção, resistência e desenvolvimento do território. Envolve do trabalho familiar cotidiano à educação, trata-se da existência de determinado modo de vida ou perspectiva territorial antagônica às hegemonias. A agroecologia, por exemplo, se destaca como uma Política Contenciosa Territorial não somente pela capacidade de permear uma vasta gama de relações que tecem o cotidiano (trabalho, cultura, mercado, gênero, classe etc.), mas, sobretudo, pelo seu caráter propositivo e solidário.

Apesar da maior parte do debate sobre confrontos políticos tratar dos movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais, nota-se, assim como em Nicholls (2007), que o instrumento teórico-analítico e conceitual compreende o envolvimento de outros atores e práticas contenciosas. Ao tratarmos das Políticas Contenciosas Territoriais - nota-se que a diferença habita o lastro territorial que vai desde a manutenção das distintas formas de “propriedade”, do pensamento e paradigmas, até a própria ação protagonista e concepção lógica-racional espaço-temporal e operativa dos movimentos socioterritoriais (SOBREIRO FILHO, 2016). Isso torna o processo complexo, pois mostra ações individuais e coletivas que estão organizadas de modos lineares e não-lineares, bem como também na operacionalização de (forma não só sobreposta, mas também articulada) das escalas.

Do ponto de vista da política de escalas (SMITH, 2002), o debate sobre a Política Contenciosa Territorial (PCT) trata-se de um exercício que permite pensar como a autonomia é processualmente construída em diferentes níveis. No nível micro, a partir do espaço cotidiano do lote, envolvendo o trabalho, família produção e sociabilidade, no nível meso, desde o espaço da ação coletiva: movimentos, cooperativas, associações, redes e ações de grupos, e no nível macro, com o espaço da ação política societária, das lutas gerais contra fragmentação, pelas novas gerações, pelo outro e pelo planeta.

Estes três níveis de análise abrangem o entendimento multidimensional do território, pois abarca a totalidade e o conjunto das contradições produzidas pela sociedade ao mesmo tempo que pode agir como condicionador destas. A implementação destes três níveis de análise territorial nos permitem destacar, com base em Smith (2000), que as escalas não são dadas, mas produzidas socialmente a partir de correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013).

A base do debate conceitual sobre território compreendida pelas Políticas Contenciosas Territoriais é composta pela convergência de algumas referências como: a relevância da problematização em torno da questão do espaço vital e do Estado em Ratzel (1983; 1990); a implementação da dialética materialista e a Teoria da Produção do espaço de Lefebvre (1991); a análise do espaço geográfico e a imprescindibilidade do debate sobre as

técnicas em Santos (1996); o olhar minucioso para as relações de poder que conferem significados à existência dos territórios em Raffestin (1993); o trato multidimensional e multiescalar do território em Haesbaert (2010), Souza (2009a; 2009b) e Fernandes (2008), a forma particular de entender as espacialidades de Leitner e Sheppard (2008), as formas assumidas pela resistência cotidiana de Scott (1976) e as da ação coletiva de Tarrow (2011) entre outros.

Tomando como referência as abordagens críticas que possam interessar à Política Contenciosa Territorial do Campo é fundamental resgatar um pensamento clássico. Uma hipótese é que pela influência da magistral contribuição apresentada na obra “*La Organización de la unidad económica campesina*” de (CHAYANOV, 1974), a grande maioria dos debates sobre autonomia camponesa adotam como recorte empírico, a unidade de produção camponesa no nível micro. Embora seja atenta à discussão econômica, aspectos da multidimensionalidade permeiam o debate evidenciando diferentes formas de luta e resistência. No que pese a centralidade da produção e do trabalho dentro da unidade de produção camponesa (nível micro), a PCT e o DS sugerem que também sejam considerados os níveis meso e macro, visto que não é possível trabalhar com o entendimento do território multidimensional a partir apenas do nível micro.

De um modo mais específico, ainda no âmbito dos territórios do campesinato, o processo de transição agroecológica adotada por camponesas e camponeses tem sido uma das mais evidentes Políticas Contenciosas Territoriais, haja vista que denota uma “[...] negação da matriz tecnológica e de produção dominantes” (CARVALHO, 2007, p. 4). Ela desvela o modo como os camponeses e a agroecologia constituem-se em ‘economias de oposição’ (PAHNKE, 2015) ou em ‘mercados aninhados’ (PLOEG, YE e SCHNEIDER, 2010) que resistem, se opõem e, às vezes, ameaçam as estruturas baseadas no extrativismo de *commodities* (SOBREIRO FILHO, COSTA e SILVA, 2020, p. 43).

Essa política abarca a ideia de autonomia territorial e por este motivo mantém nítidas zonas de contato com o debate de resistência auto-governamental de (PAHNKE 2015) e na discussão de resistências agrárias (PAHNKE, TARLAU e WOLFORD 2015). Estas resistências têm sido informadas na literatura como de terceiro nível e, em resumo, reformulam as dimensões social e material da produção, do trabalho e da circulação.

A respeito das resistências do terceiro nível, ocorre que diferentemente de períodos anteriores, o poder dos Impérios Alimentares não é mais dado pela propriedade direta dos recursos, mas a partir do controle exercido por “redes” que estruturam o mundo social e o mundo natural (PLOEG, 2008).

Permitido pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs), este controle ocorre à distância “através da especificação dos requisitos técnicos e econômicos em todas as interfaces da rede” (PLOEG, 2008, p. 261). É um fenômeno do “terceiro nível”

em que, ao invés de infraestruturas produtivas (primeiro nível) ou pessoas e mercadorias (segundo nível), o que interessa é a direção e o controle dos processos, sobretudo, os de distribuição (PLOEG, 2008).

O debate sobre os ‘mercados aninhados’ resulta de um estudo comparativo de entre a China, o Brasil e a União Europeia (PLOEG, JINGZHONG e SCHNEIDER 2010). Traz consigo a ideia de algo em que está oculto em certo local, escondido. São tratados como novos e emergentes desde uma cuidadosa reconsideração da dinâmica de mercados que existem de longa data, mas que nunca foram examinados ou elaborados teoricamente.

A ideia de ‘economias de oposição’ permite refletir como os movimentos socioterritoriais, articulados em torno da *Via Campesina* (182 organizações diferentes de 81 países) oferecem uma série de *insights* relevantes que nos lembram que o antagonismo ao sistema alimentar corporativo é global (McMICHAEL, 2016) e pode incorporar uma grande variedade de táticas e alianças (DESMARAIS 2007; BORRAS 2018).

A proposta em questão é dialogar com conceitos outros, oriundos de perspectivas reformistas, progressistas e radicais, para demonstrar a importância da perspectiva territorial desde a PCT como forma de cingir unidade analítica a processos que comumente são analisados em separado.

Ademais, o que está em jogo a partir destes conceitos, é tornar perceptível o espaço da prática social, pois conforme Lefebvre observa, ele “é imperceptível” (LEFEBVRE, 1991, p. 324). Conforme apresentaremos mais adiante, o papel que os movimentos socioterritoriais assumem desenvolvendo territórios (HALVORSEN, FERNANDES e TORRES, 2019) e fortalecendo a reconstrução de um “mercado das sociedades” (POLANYI, 2000), ainda não é algo claro para o conjunto da sociedade, que quase nunca relaciona tais esforços a questão do desenvolvimento¹.

Pelo fato de termos no Brasil um sistema capitalista periférico e incompleto, que só funciona bem do ponto de vista da acumulação (OLIVEIRA, 2003), criminalizar a atuação dos movimentos socioterritoriais no enfrentamento que eles fazem a processos de expropriação (LUXEMBURGO, 1985, p. 227-252) e/ou espoliação (HARVEY, 2003), sempre foi uma prática comum adotada por diferentes governos. Movimentos socioterritoriais nunca são associados à temática do desenvolvimento e muito menos o conflito é entendido como uma parte indissociável do desenvolvimento.

Inserida no contexto do projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou do Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) a PCT visa amplificar a leitura reducionista que se têm sobre a relevância

¹ Pelo contrário, em governos pós-fascistas (ver TRAVERSO, 2019), como o de Bolsonaro, os movimentos socioterritoriais são tratados como uma ameaça e enquadrados em leis antiterrorismo.

da luta de movimentos socioterritoriais, sem reduzir a questão agrária a um problema apenas de acesso à terra ou a agroecologia ao consumo de alimentos sem veneno.

Luta pela terra, Política Contenciosa Territorial e os princípios da agroecologia

Considerando-se que o homem é sujeito das transformações ao mesmo tempo que também é sujeito do conhecimento, produzir território e produzir conhecimento são realizações muito próximas umas das outras.

No Brasil, por exemplo, não podemos deixar de considerar a aprendizagem territorial construída segundo o que (MEEK, 2015) e (MEEK e TARLAU, 2016) denominam de “ecologia política da educação” do MST.

O pressuposto é, a educação em sistemas alimentares críticos pode ajudar indivíduos e comunidades a fazer a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis (MEEK e TARLAU, 2016).

Em outras palavras, a educação e a aprendizagem territorial também são importantes componentes da PCT e do Desenvolvimento Socioterritorial. Apesar do crescente conhecimento sobre a educação de sistemas alimentares, há uma escassez de perspectivas críticas sobre seus métodos pedagógicos (MEEK e TARLAU, 2016). No Brasil, por exemplo, resultado de uma abordagem despolitizada, raramente o debate sobre a geopolítica dos alimentos compareceu associado ao tema questão agrária (SILVA et al., 2019).

A produção acadêmica tributária dessa perspectiva analítica é extremamente desatenta com a centralidade do campesinato enquanto uma classe social com potencial para impulsionar, desde os princípios da agroecologia, um novo regime agroalimentar.

As contribuições de Fernandes (1996; 1999; 2000; 2005), sobre a espacialização e territorialização do MST no Brasil, bem como de Pedon (2013) e Sobreiro Filho (2016), não deixam dúvida sobre a importância que os movimentos socioterritoriais assumem na transformação de territórios.

O mapeamento de cerca de 700 experiências agroecológicas em municípios brasileiros de todas as unidades federativas do Brasil (Ver Mapa 1), realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia, (ANA, 2020) corrobora a importância do campesinato e da agroecologia para o desenvolvimento.

Nascida nos espaços de socialização política do MST, desde os acampamentos, a transição agroecológica compreende dimensões competentes ao projeto de reforma agrária popular que se fundem numa agenda comum.

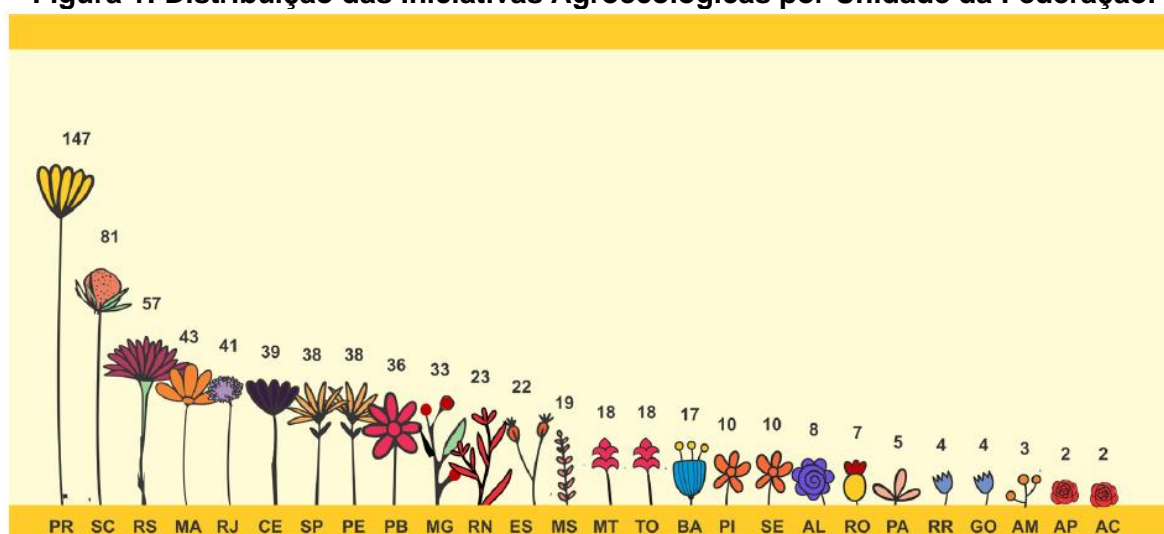
Ou seja, algumas das dimensões centrais na transição agroecológica, como a cultural, por exemplo, são importantíssimas para a prática dos princípios agroecológicos e tem

seu início ainda durante a fase da “luta pela terra” nos espaços de socialização política dos acampamentos (FERNANDES 1996; 1999).

A transição agroecológica, apesar de ainda não ter um aprofundamento teórico na Geografia sobre sua associação a movimentos socioespaciais e socioterritoriais, revela sua prática como ação de resistência na produção de espaços/territórios contra-hegemônicos e subversivos.

As dimensões da transição agroecológica interagem e mantêm diálogos de convergência com a defesa do direito à alimentação e demais pautas defendidas, por exemplo, pela *Via Campesina* e MST (SOBREIRO FILHO, COSTA, SILVA, 2020, p. 43).

Figura 1: Distribuição das Iniciativas Agroecológicas por Unidade da Federação.



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

Mapa 1: Distribuição das Iniciativas Agroecológicas por Bioma.



Fonte: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

Ou seja, a Política Contenciosa Territorial do MST é essencialmente atrelada aos princípios da agroecologia defendidos por Gliessman (2000) e Altieri (2002) à medida em que propõem o uso da expressão “sistema agroalimentar” como forma de pensar os efeitos da transição na escala da produção do lote e no processamento, distribuição de recursos, e na comercialização de produtos em uma região/país.

É dessa convergência entre os princípios da transição agroecológica e a racionalidade ecológica camponesa que Friedman (2016) e McMichael (2016), destoando de Bernstein (2016), aventam o campesinato como alternativa ao regime alimentar corporativo por aproximar temas como: gênero, raça e classe.

As conceituações sobre espaço contidas nas obras de Santos (1978; 1991; 1992; 1996), Lefebvre (1991) e Harvey (2001), permite dizer que o espaço geográfico corresponde ao espaço construído e alterado pelo homem, podendo ser definido como sendo a arena das realizações humanas no qual estão às relações entre os homens e desses com a natureza. O espaço geográfico abriga o homem e todos os elementos naturais, representados pelos diferentes ecossistemas.

Por sua amplitude, o conceito de espaço e território pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes essa utilização não é compreensível, porque não se define o espaço e o território do qual está se falando. É assim que tanto o espaço quanto o território viram uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente também pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaço.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos permite afirmar que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.).

O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, (2004) denominou de multiterritorialidades. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente.

Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos entre espaço e território são indissociáveis.

A compreensão sobre espaço e território trazida pela PCT, parte do pressuposto que apropriação é território e mediação é espaço e que a relação produz o território na mesma proporção que o território produz a relação. Essa leitura eminentemente geográfica sobre a importância do território construída pela PCT é fundamental para compreender a origem do Desenvolvimento Socioterritorial.

Afinal a proposta de discussão trazida pelo texto baseia-se na construção de instrumentos analíticos preocupados em compreender como se dá a construção dos territórios e de experiências de desenvolvimento desde as classes populares.

Desenvolvimento Socioterritorial, Campesinato e Agroecologia

A ideia de Desenvolvimento Socioterritorial que propomos tem como principal objetivo desvelar a intrínseca relação entre “processos de luta socioterritorial” com o modelo social de gestão da produção e do trabalho, entre a conflitualidade permeada pela disputa territorial com as formas de gestão e resistência socioterritorial voltadas ao trabalho emancipatório e nos princípios agroecológicos, visto que esta última é um dos únicos sistemas produtivos que permite repensar a lógica do trabalho e da produção no contexto de um mercado das sociedades (POLANYI, 2000).

O debate sobre a possibilidade de coexistência de um mercado das sociedades em paralelo à sociedade de mercado, construído a partir do campesinato e dos princípios da agroecologia, ainda é algo pouco debatido e que tem suscitado muitas dúvidas e polêmicas.

Este debate é antigo e remonta, por exemplo, ao sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro *“La fin des paysans”*, traduzido para o português como “O fim dos camponeses”. Ele sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da sua integração ao mercado.

Esta concepção a respeito do mercado das sociedades é categoricamente diferente da sociedade de mercado, criada com advento do capitalismo no século XVII na Inglaterra e que desde então transformou-se em uma força com capacidade de produzir alterações tão profundas na natureza ao ponto de afetar a capacidade de resiliência do planeta terra em escala geológica (WEISS, 2014).

O mercado conforme destacado por Polanyi (1976) não é uma invenção do capitalismo, no que pese o capital ter mudado completamente sua lógica de funcionamento. A oposição dos movimentos socioterritoriais lutando contra a desmercantilização da natureza e dos bens comuns é contra o mercado capitalista, isto é, contra a sociedade de mercado.

O debate sobre Desenvolvimento Socioterritorial fundamenta-se em experiências agroecológicas atreladas à reconstrução de um mercado das sociedades sem o qual não é possível a conquista da autonomia territorial, muito menos a preservação dos bens comuns.

Pelo fato do campesinato ser simultaneamente trabalhador e proprietário dos meios de produção, ele depende da preservação do seu patrimônio produtivo e isso faz da agroecologia um sistema de produção peculiar ao universo camponês. A agricultura comercial, baseada na monocultura, não consegue garantir a preservação do *Commons*.

A questão sobre a importância do campesinato no desenvolvimento é antiga e remonta a obras clássicas como a de Kautsky (1986, p. 152), Chayanov (1974) e Lenin (1958) sobre “sobre a desintegração”, a “diferenciação demográfica e social” do campesinato respectivamente.

Ao ter sobrevivido a diferentes regimes políticos e econômicos ao longo da história, conforme documentado por (MAZOYER e ROUDART, 2010), o campesinato tem contrariado diferentes teses sobre seu desaparecimento, dando lugar ao entendimento da evolução de novas ordens econômicas e conseqüentemente das possibilidades de novas ordens alimentares a partir da agroecologia.

Parte desta ressalva deve-se à relevância em indicar e considerar a origem da centralidade sobre o debate da importância geopolítica dos alimentos desde o campesinato (FRIEDMANN, 1993; MCMICHAEL, 2016; COCA, 2019).

O debate sobre a questão agrária faz emergir a imprescindibilidade do conflito e da lógica dialética para estabelecimento de juízo e entendimento sobre o que se define por desenvolvimento para as classes populares.

O campesinato e a agroecologia têm permitido desenvolver distintas formas de Desenvolvimento Socioterritorial à medida em que abarcam um sentido de classe, gênero, raça-etnia etc.

A gestão social da produção e do trabalho realizado pelas mulheres tem corroborando o caráter subversivo que a agroecologia atribui ao “papel delas” no desenvolvimento (SOBREIRO FILHO, COSTA, SILVA, 2020, p. 55-58), bem como sua influência em processos de descolonização do imaginário e despatriarcalização (BARRAGÁN et al., 2018).

Fraser (2006, p. 232) caracteriza esses processos de despatriarcalização de (lutas por reconhecimento), voltadas para remediar a injustiça cultural, e lutas por redistribuição voltadas para compensar a injustiça econômica. A agroecologia tem desvendado a partir da economia do cuidado a centralidade das mulheres em processos de redistribuição com reconhecimento, e com isso, chamando atenção para mulher enquanto uma peça central dentro do processo de acumulação primitiva (FEDERICI, 2017).

Além disso, esse debate também tem contribuído para tornar mais explícito o nexo entre alimentação, saúde e trabalho. A leitura reducionista de que a agroecologia se trata apenas do consumo de alimentos sem veneno precisa ser combatida.

Com a pandemia de 2019-2020 a importância do sistema de produção agroecológico no contexto do *nexo* “Agricultura, Alimentação e Nutrição” ficou mais evidente perante a relação entre imunidade e alimentação saudável.

O contexto da pandemia e de uma crise ampla desafia em todas as direções o sistema alimentar corporativo a tornar-se menos voraz. A agroecologia deixou de ser um dogma e se transformou numa saída possível.

Neste contexto, o debate sobre a PCT e o Desenvolvimento Socioterritorial representa uma tentativa de contribuir com a construção de instrumentais analíticos que permitam refletir a construção de processos de emancipação em diferentes escalas, abrangendo o entendimento do território multidimensional². A combinação das transformações territoriais ocorridas em diferentes escalas, fruto da luta dos movimentos socioterritoriais (sem terras, atingidos por barragens, pela mineração, pequenos produtores, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas), estabelecem uma lógica de produção do espaço baseada nos princípios da igualdade e inclusão.

Os movimentos socioterritoriais são protagonistas da reinvenção e/ou desfragmentação do espaço e devem ser entendidos como portadores de um método original de produção do espaço, fundamentado nos princípios da igualdade e inclusão (SILVA, SOBREIRO FILHO e FERNANDES, 2020).

Em texto recentemente publicado no *The Journal Peasant Studies*, Ploeg (2020) apresenta seus argumentos sobre o que ele denomina por Economia Política da Agroecologia, reflexão que nos permite corroborar o nosso debate sobre a existência de um mercado das sociedades. Nesta publicação, Ploeg destaca a existência de três dimensões distintas e decisivas para a agricultura em geral. São elas: a material; a político-econômica; e a sócio-política.

Em suma, estas três dimensões fornecem um exame crítico sobre as mudanças nas relações sociais de produção dentro da agricultura a partir da agroecologia. Seu texto enfatiza que muitas práticas agrícolas que, à primeira vista, parecem ser meramente agronômicas e/ou técnicas são extremamente relevantes para os estudos agrários críticos, conforme definido por Edelman e Wolford (2017).

Expresso em termos mais teóricos, podemos afirmar que o entendimento de Ploeg a respeito do papel da agroecologia (como teoria, prática e movimento, remodelando, portanto,

² O território multidimensional abarca a totalidade, o conjunto das contradições produzidas pela sociedade ao mesmo tempo que pode agir como condicionador dessas contradições (PEDON, 2013, p. 185).

relações sociais de produção na agricultura, mantém inúmeras interações e pontos de convergências com a ideia de Desenvolvimento Socioterritorial.

O Desenvolvimento Socioterritorial enquanto instrumental analítico não deve ser entendido como uma categoria de análise rígida, pronta e acabada, mas que aglutina diferentes processos de luta social. Desta maneira, tanto estudos sobre a educação do campo quanto o cooperativismo e questões de gênero podem, por exemplo, contribuir com o aprimoramento da abrangência do conceito de Desenvolvimento Socioterritorial. Afinal, todos estes temas são temas relacionados ao desenvolvimento.

O fundamental desta construção é demarcar quais são as contribuições dos movimentos socioterritoriais nos processos de desenvolvimento. Este entendimento sobre o papel dos movimentos no desenvolvimento é imprescindível para romper com preconceitos sobre sua importância no funcionamento da democracia.

Quando olhamos para a estrutura organizacional do MST em nível nacional na atualidade, entre outros, ela é composta por iniciativas e relações que testemunham o protagonismo contra-hegemônico, tais como os armazéns do campo, a estrutura de produção de arroz orgânico, considerada a maior da América Latina, a Escola Nacional Florestan Fernandes etc.

Assim, verificamos que o MST criou ao longo dos anos uma infraestrutura que lhe permite, ainda que com inúmeras dificuldades e desafios, autopromover seu próprio modelo de Desenvolvimento Socioterritorial.

Do ponto de vista da Geografia, ainda não temos uma categoria de análise ou conceito que permita compreender as interações entre luta pela terra, na terra, movimentos socioterritoriais e agroecologia. No debate sobre apropriação de terras³, a relação entre a luta pela terra e alimentação é pouco abordada e raramente discute questões socioespaciais para além dos sistemas agroalimentares (LAI, 2021).

O desmonte das políticas territoriais, entre outras consequências, tem dado espaço (teórico-acadêmico) para a ascensão ou ampliação de questões agroalimentares. As preocupações com a segurança alimentar, tanto no cenário nacional como internacional, são concomitantes às abordagens territoriais, mas a “volta da fome” (inclusive em consequência da pandemia do Covid-19) ou “a volta do Brasil ao mapa da fome” recolocou e ampliou formulações e defesas de alternativas produtivas e de políticas agroalimentares (SILVA, MACHADO, SAUER, 2021).

³ No Brasil o *land grabbing* foi erroneamente traduzida por “estrangeirização de terras” (SAUER e BORRAS Jr., 2016). O foco deste debate ainda é muito preso à questão da aquisição de terras por grupos estrangeiros e/ou a financeirização do campo – desde um referencial teórico-metodológico que não aborda o *green grabbing*, ou seja, a apropriação da natureza. Fora isso, vende-se uma ideia que o *land grabbing* é um fenômeno exclusivo do Sul Global, o que também não é verdadeiro.

Portanto, cremos ser pertinente investir no debate sobre a Política Contenciosa Territorial e o Desenvolvimento Socioterritorial como instrumento de análise onde convergem os princípios da agroecologia com os da luta pela terra de movimentos como MST.

No bojo deste debate, a agroecologia se apresenta como um dos únicos sistemas produtivos que, interpretado sobre a perspectiva teórica de Polanyi, oferece possibilidades de promover a *(re)embeddedness* da *(dis)embeddedness* (reincrustação da desincrustação) da sociedade, pois permite desfazer ajustes espaço-temporais hegemônicos, impostos pela lógica do agronegócio e do regime alimentar corporativo.

A agroecologia, vista desde o pensamento de Polanyi, devolve, tanto aos camponeses quanto à sociedade, o controle de relações socioespaciais e socioterritoriais, sequestradas pela crença do mercado livre, construído durante a formação das sociedades Pós-Industrial. Essa crença separou o mercado das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável”, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Se é verdade a tese central de Polanyi de que não existe mercado livre; nunca houve, nem pode haver, então devemos considerar as diferenças da economia no sentido substantivo e no sentido formal, ou seja, devemos questionar a sociedade de mercado que ameaça a - humana - e os bens comuns, bem como retomar a ideia de um mercado das sociedades, onde será possível resgatar tudo o que torna a vida social possível, incluindo ar e água, educação, assistência médica, segurança, igualdade de gênero e racial.

Diante da vitória do mercado livre, segundo Sassen (2010a; 2010b), praticamente tudo é determinado pela racionalidade da sociedade de mercado. Neste contexto, o poder dos movimentos camponeses e da agroecologia reside no fato de que baseado nos princípios da reciprocidade e da confiança e sem a pressão do “*price making markets*”, os agricultores podem se dedicar de forma livre à produção de alimentos agroecológicos.

Agroecologia e o pensamento de Karl Polanyi

Com o fito de tensionar a questão sobre a agroecologia se caracterizar como uma força mobilizadora capaz de construir alternativas ao desenvolvimento, buscamos explorar um pouco mais algumas das contribuições trazidas pela obra de Polanyi. O conceito de contramovimento, por exemplo, é introduzido na análise de Polanyi para apreender a dinâmica histórica do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O contramovimento de Polanyi oferece uma saída para a proteção da sociedade, da natureza e da própria “organização produtiva” que é vital para o desenvolvimento da economia, mas incompatível com o sistema autorregulado de mercados.

Evidentemente, para não fugir ao foco da discussão, neste texto, não entraremos no debate do papel assumido pelo Estado no contexto da (sociedade de mercado). Todavia, há de se reconhecer que sem o Estado não seria possível compreender como o capitalismo contemporâneo encontra-se enredado em uma espiral destrutiva de crescimento exponencial, cujos limites já foram expostos.

Sobre o conceito de contramovimento, durante sua construção, Polanyi baseou-se nos efeitos devastadores sobre as pessoas mais vulneráveis da sociedade, provocados pelas crises do mercado, como a Grande Depressão na década de 1930.

O argumento de Polanyi (2000, p. 161) é de que as crises do mercado tendem a gerar contramovimentos à medida que as pessoas lutam para defender seus meios de subsistência, seus bairros e suas culturas das forças destrutivas da mercantilização.

Conforme já referido, a crise estrutural do capitalismo, aprofundado pela globalização neoliberal e pela atual crise sanitária, tem promovido contestações e diferentes formas de engajamento no mundo inteiro em defesa dos meios básicos de subsistência da classe trabalhadora, em situação de pobreza e extrema pobreza.

A tese principal da obra de Polanyi “*A Grande Transformação*” foi escrita entre (1939-1940), durante a segunda guerra mundial e realiza uma análise minuciosa, crítica e criativa da formação da economia capitalista de mercado. Em sua obra Polanyi desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma, “auto regulável”, que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

Estudando a obra de Polanyi, observamos que as ações desenvolvidas pelos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais correspondem ao que Polanyi chama de contramovimento. Os princípios da produção agroecológica, ao propor mercados autogestionados, a partir da relação direta entre produtores de alimentos e consumidores, devolve tanto aos camponeses quanto a sociedade o controle desta relação social, sequestrada pela crença do mercado auto regulável, construída ao longo da formação das sociedades Pós-Industrial.

Baseada nos princípios da reciprocidade e da confiança e sem a pressão do “*price making markets*”, os agricultores podem se dedicar de forma livre à produção de alimentos agroecológicos. A agroecologia e a mediação das relações sociais entre produtores e consumidores permite desfazer ajustes temporais hegemônicos impostos pela lógica do agronegócio e do regime alimentar corporativo. O rompimento com ajustes espaço-temporais hegemônicos permite emergir novas formas de produção do espaço baseados nos princípios da igualdade e inclusão. Estas formas também dialogam com outros dois conceitos já mencionados de Polanyi: o “*embeddedness*” (incrustação) e o “*(dis)embeddedness*” (desincrustação). Em resumo, estes dois conceitos tratam da incrustação (relações de

mercado baseada na vontade dos homens), modelo agroecológico, por exemplo; e da desincrustação (mercado com vida própria, desvinculado das demais instituições sociais e da vontade dos homens), modelo do agronegócio e/ou dos impérios alimentares.

Para Polanyi, a incrustação da economia implica que esta esteja submersa nas relações sociais, ou seja, que não constitua uma esfera desvinculada e autônoma em relação à sociedade. A agroecologia permite realizar a reincrustação entre economia e a sociedade a partir do contramovimento realizado pelos movimentos socioterritoriais do mundo inteiro, que tem contestado a desincrustação enquanto fenômeno criado pela sociedade Pós-Industrial baseada no poder de coerção do mercado enquanto esfera autônoma e auto regulável deste uma perspectiva econômica marginalista.

Se é verdade a tese central de Polanyi de que não existe mercado livre; nunca houve, nem pode haver, então devemos considerar as diferenças da economia no sentido substantivo e no sentido formal, ou seja, devemos questionar a sociedade de mercado que ameaça a sociedade humana e os bens comuns, e retomar à ideia de um mercado das sociedades, onde será possível resgatar tudo o que torna a vida social possível, incluindo ar e água limpa, educação, assistência médica, segurança pessoal.

Evidentemente que a desincrustação da economia abordada neste texto, a partir do exemplo construído sobre o sistema produtivo agroecológico, é central e suscita indagações sobre seu potencial revolucionário para promover alterações no sistema macroeconômico. Ao passo que experiências agroecológicas são multiplicadas e sistematizadas sob o prisma de movimentos-redes vinculados a *Via Campesina* ou a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo* (CLOC), por exemplo, conseguimos visualizar seu potencial revolucionário na construção de mercados alternativos por e a partir da vontade dos homens.

Polanyi chama atenção que a construção da ideia de mercado como conhecemos hoje, nasce do sucesso do mercantilismo em estender suas práticas municipais ao território nacional, criando sua própria lógica de regulação dos homens e da natureza. Cria-se, assim, um desenvolvimento como negação do envolvimento entre as pessoas. A troca mercantil, enquanto forma de integração, traduz-se num padrão institucional constituído por um sistema de mercados formadores de preços, mas é precisamente a ação (autônoma) desse mecanismo institucional que conduz à desincrustação da economia.

Polanyi define a economia como um processo instituído constituído por dois níveis: um refere-se à interação do homem com o ambiente natural e social que o rodeia; o outro refere-se à institucionalização desse processo na forma de mercado (POLANYI, 2000, p. 290-292). Todas as economias, independentemente da sua forma de integração dominante, partilham estas características. Assim, parece claro que Polanyi não nega, de modo algum, esta relação entre a economia humana e o sistema social. O que se passa é que no capitalismo todas as considerações, motivações e valores sociais são relegados para

segundo plano em face da primazia adquirida empiricamente pela economia que se autonomiza de todo e qualquer controlo social (consciente). A luta dos movimentos socioterritoriais defende a institucionalização de valores de natureza civilizatória como forma de defender seus meios de subsistência. Pode-se inclusive afirmar que os movimentos são resultado da desincrustação da sociedade e que sua luta pela reincrustação visa estabelecer formas de controle social consciente, a partir da vontade dos homens, que durante o antropoceno se tornaram cada vez mais irrelevantes.

Segundo Polanyi (2009, p. 138) a natureza, no seu sentido físico, foi conscientemente excluída por Smith do problema da riqueza em sua obra “Riqueza das Nações”. Neste sentido, não podemos perder de vista que a abordagem formalista (a que desincrusta a sociedade) parte de uma escassez ontológica dos meios para satisfazer as necessidades humanas. A luta dos movimentos socioterritoriais tem se reafirmado ao longo da história como uma luta de combate à escassez ontológica.

O pensamento de Polanyi admite a importância das forças sociais que permitem a criação de contramovimentos de contestação da desincrustação. Todavia, deixa em aberto qual seria o nome dessas forças sociais promotoras de contramovimentos e reincrustação, até porque elas são dadas pelo movimento da história. Estamos propondo chamar esta articulação de forças de Desenvolvimento Socioterritorial.

Polanyi no capítulo sexto do seu livro “mercadorias fictícias” afirma que quando bens públicos e necessidades sociais são tratadas como se fossem mercadorias produzidas para venda no mercado, em vez de direitos protegidos, nosso mundo social está em perigo e grandes crises ocorrerão (POLANYI, 2000, p. 89-99). Novamente, os movimentos socioterritoriais, sobretudo quando são interpretados na perspectiva dos movimentos redes, se apresentam como uma das únicas organizações capazes de pensar a identidade do espaço na sua plenitude, contestando a venda de necessidades sociais e cidadãos como se fossem mercadorias.

Os conceitos de *embeddedness* e *(dis)embeddedness* ainda encontram-se em aberto, pois até hoje o seu significado e conteúdo ainda são objeto de disputa interpretativa, pois Polanyi não chegou a defini-los de forma explícita em sua obra. O conceito de incrustação só é utilizado em “*A grande transformação*” em duas ocasiões. Adotamos o pensamento de Polanyi no entendimento dos contramovimentos de contestação das *(dis)embeddedness*, realizados pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

No artigo intitulado “*Aristotle discovers economy, to fear it*” Aristóteles descobre a Economia para temê-la de (Polanyi, 1976), praticamente esquecido na literatura, Polanyi realiza o delineamento do conceito de *embeddedness* e *(dis)embeddedness* de um modo mais claro e sistemático.

Este texto de Polanyi chama a atenção para existência de vários exemplos de mercado das sociedades, estabelecidos desde Aristóteles, deixando claro que o mercado não é um advento exclusivo do capitalismo e, portanto, pode ser organizado obedecendo a um outro tipo de lógica, capaz de preencher inclusive as falhas metabólicas do sistema capitalista.

Já no texto “*Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi*”, também publicado em 1976, Polanyi faz uma crítica epistemológica e ontológica sobre o lugar que a economia ocupa na sociedade e para tal discute o deslocamento que a esfera dos fenômenos econômicos sofreu dentro das matrizes das relações sociais e culturais que moldaram diferentes sociedades ao longo da história. Neste artigo Polanyi concentra suas reflexões em traçar a origem sócio-histórica e cultural da economia de mercado através de sua comparação crítica com maneiras pelas quais outras sociedades históricas organizaram as esferas da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

De fato, os debates travados por Polanyi em sua obra como um todo, mas principalmente nestes dois textos, não deixam dúvidas sobre o leque de possibilidades que a agroecologia oferece para ressuscitar o mercado das sociedades. Polanyi nos oferece os instrumentos conceituais para interpretar o pensamento econômico aristotélico, lançando mão da compreensão de que existem duas formas diferenciadas de organização econômica, a sociedade com mercado e a sociedade de mercado.

Frente a densidade da obra de Polanyi, nos apontamentos apresentados tentamos fazer jus ao seu pensamento, evitando a crítica feita por Polanyi-Levitt, filha de Karl Polanyi, sobre hoje em dia o nome de Polanyi ser frequentemente usado como uma “etiqueta” como algo que está na moda ou como um ponto de partida conveniente para uma discussão que depois oferece uma análise reduzida diante do legado deixado por Polanyi (RANGLES, 2003, p. 418).

O edifício teórico deixado pela obra de Polanyi, permite através da reinterpretação dos conceitos de contramovimento, “*embeddedness*” e “*(dis)embeddedness*” discutir a importância dos movimentos na luta pela desmercantilização dos bens comuns e demais temas que representam ameaças existenciais para humanidade. Considerando-se todo processo de complexificação organizacional pelas quais as diferentes formas de *contentious politics* (movimentos socioterritoriais, ações coletivas e ativismos sofreram nas últimas décadas), cremos que fica cada vez mais evidente a importância dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como protagonistas da reinvenção e/ou desfragmentação do espaço, visto que se apresentam enquanto as únicas organizações com um projeto de produção-consumo-transformação do espaço-tempo diferenciado e de ruptura com a lógica das relações hegemônicas.

O capital seguirá atuando no “*(dis)embeddedness*” desincrustação das sociedades, pois quanto mais desincrustada é uma sociedade, mais vulnerável e fraca serão suas

instituições e maior será o poder de dominação pelo mercado. A luta dos movimentos a partir da agroecologia, por exemplo, permite realizar a reincrustação entre economia e sociedade.

Considerações finais

A sindemia⁴ como resultado de três pandemias que interagem umas com as outras e ocorrem simultaneamente: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas (THE LANCET, 2019), oferece fortes evidências sobre o processo de desincrustação do homem não só da economia, mas também do planeta.

. A PCT e o Desenvolvimento Socioterritorial apresentam-se enquanto instrumentos analíticos preocupados em contribuir com a compreensão das interações entre luta pela terra, na terra, movimentos socioterritoriais e a agroecologia. É uma ferramenta de análise comprometida com a leitura das transformações territoriais que resultam da convergência entre os princípios da agroecologia com os da luta política dos movimentos socioterritoriais.

Propõem-se a repensar alternativas produtivas visando contestar como se dá a atual lógica de acumulação, sem as quais não será possível conter o processo de desincrustação da espécie humana do planeta

Pensando em alternativas pós-capitalistas e pós-pandemia, a proposta de reincrustação da economia em discussão a partir da agroecologia, oferece potencial para desacelerar o ritmo do moinho satânico (POLANYI, 2000, p. 51).

Da mesma forma que nas Ciências Sociais temos uma Sociologia do Desenvolvimento, o conceito de Desenvolvimento Socioterritorial também nos permitiria pensar em um Geografia do Desenvolvimento a partir do edifício teórico até então construído no interior da ciência Geográfica por e a partir de estudos dedicados ao entendimento das lutas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Referências

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, ano 13, n. 16. p. 22 32, 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ANSELL, Christopher K. **Esprit de Corps**. Em *Schism and Solidarity in Social Movements: The Politics of Labour in the French Third Republic (Structural Analysis in the Social Sciences*, pp. 58-73). Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

⁴ Apesar de não se constituir em objeto de análise deste artigo, o Editorial da Revista The Lancet mencionado discute se o conceito correto referente a crise sanitária do coronavírus seria pandemia ou sindemia, visto que a porcentagem de óbitos por Covid-19 entre pessoas com problema pré-existent de obesidade e desnutrição é maior.

BERNSTEIN, Henry. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, 611-647, 2016.

BORRAS JR, Saturnino M. Conference papel n. 27: Understanding and Subverting Contemporary Right Wing Populism: preliminary notes from a critical agrarian perspective. Emancipatory Rural Politics Initiative – ERPI. **International Conference Authoritarian Populism and the Rural World, performed in International Institute of Social Studies (ISS)** in The Hague, Netherlands, 17-18 march 2018.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins. **Desafios para o agroecologista**: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, 2007 (Digitado).

CHAYANOV, Alexander. Von. **La Organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BARRAGÁN, Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo Críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard.; LANG, Mirian.; PEREIRA FILHO, J. (Org.) **Descolonizar o imaginário** - debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 122-139, 2018.

EDELMAN, Marc e WOLFORD, Wendy. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice, **Antipode**, v. 49, n. 4, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, p. 1-57, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento Geográfico. Presidente Prudente, 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura Geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005c.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRASER, Nancy. "Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation." In **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange, London and New York: Verso, p. 7–109, 2003.

FRIEDMANN, Harriet. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, 671-692, 2016.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valéria. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective, **Annals of the American Association of Geographers**, 2019.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: The Oxford University Press, 2003

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KORINMAN, Michel (1983). Friedrich Ratzel et la *Politische Geographie* (1897). **Hérodote**, n. 28, pp. 128-140.

LAI, Huei-Ling. Placing land and food struggles in agriculture-industry power asymmetry: insights from Wanbao Village, Taiwan, **The Journal of Peasant Studies**, 2021.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. The spatialities of contentious politics. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v. 33, n 2, p. 157-172, 2008.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

LENIN, Vladimir Ilyich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LONDRES, Flávia. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro**: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 1. Ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2020. 39 páginas.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985.

McKAY, Ben M., ALONSO-FRADEJAS, Alberto; EZQUERRO-CAÑETE, Arturo (Orgs.). **Agrarian Extractivism in Latin America**. Abingdon, Routledge, 2021.

MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, 648–670, 2016.

MEEK, David. Learning as territoriality: the political ecology of education in the Brazilian landless workers' movement, **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 6, p. 1179-1200, 2015.

MEEK, David; TARLAU, Rebecca. Critical food systems education (CFSE): educando para a soberania alimentar, **Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis**, v. 40, n. 3, p. 237-260, 2016.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans, suivie d'une réflexion sur la fin des paysans**: Vingt ans apres. Paris: Actes Sud, 1984.

MERCIER, Guy (1990). Le concept de propriété dans la géographie politique de Friedrich Ratzel (1844-1904). **Annales de Géographie**, n.555, pp.595-615.

NICHOLLS, Walter. **The geographies of social movements**. Geography Compass, 1/3, p. 607-622, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OSTROM, Elinor, GARDNER, Roy; WALKER, James. Institutional Analysis and Common-Pool Resources. *In: Rules, games, and common-pool resources*. The University of Michigan Press, 1994.

PAHNKE, Anthony. Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological repeasantization. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42 n. 6, 1-21, 2015.

PAHNKE, Anthony; TARLAU, Rebecca; WOLFORD, Wendy. Understanding rural resistance: contemporary mobilization in the Brazilian countryside. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 6, p. 1069-1085, 2015.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

PLOEG, Jan Douwe van der; YE, Jingzhong; SCHNEIDER, Sergio. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **The Journal of Peasant Studies**, 39: 1, 133-173, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. The political economy of agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48: n. 2, 274-297, 2020.

POLANYI, Karl. "Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi", en Karl Polanyi, Conrad M. Arenberg y Harry W. Pearson, **Comercio y mercado en los imperios antiguos**, Barcelona, Labor, pp. 61-75, 1976.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

POLO BLANCO, Jorge. **Aristotle discovers the economy, to fear it**. A reading through the eyes of Karl Polanyi. Sig. Fil [online]. 2017, vol.19, n.37, pp.8-37. ISSN 1665-1324.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**. São Paulo: Nobel, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGLES, Sally. "Issues for a Neo-Polanyian Research Agenda in Economic Sociology", **International Review of Sociology**, 13(2), 409-434, 2003.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA: Brasil 2019**. Pres. Prudente: NERA, 2019.

SAUER, Sérgio; BORRAS Jr., Saturnino. Land Grabbing' e 'Green Grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' Sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, p. 6-42, jun., 2016.

SANTOS, Milton. "O Retorno do Território", in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.), **Território. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p.15-20, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. "A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation." **Globalizations** 7 (1/2): 23–50, 2010a.

SASSEN, Saskia. "The Return of Primitive Accumulation." In **The Global 1989: Continuity and Change in World Politics**, edited by G. Lawson, C. Armbruster, and M. Cox, 51–75. Cambridge: Cambridge University Press, 2010b.

SILVA, Anderson Antonio, CALAÇA, Manoel, MAURO, Rogério, ESTÁCIO, Francisca de Sousa. Educação em sistemas alimentares críticos: a centralidade da questão agrária e do campesinato na construção de um novo regime alimentar. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN): Paradigmas e desafios para uma ciência cidadã em soberania e segurança alimentar e nutricional**. Goiânia, 2019.

SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais as Contentious Politics**. Livro 2020 (Inédito).

SCOTT, James C. 1976. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia**. New Haven, Conn.: Yale University Press.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 132-175.

SMITH, Neil. **Geografía, diferencia y las políticas de escalas**. São Paulo: Terra Livre, 18, n. 19, p. 127-146, 2002.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à Construção de uma Teoria Geográfica sobre Movimentos Socioespaciais e Contentious Politics: Produção do Espaço, Redes e Lógica-Racionalidade Espaço-temporal no Brasil e Argentina**. 440f. Tese (Doutorado em Geografia) –UNESP/FCT, Pres. Prudente, 2016

SOBREIRO FILHO; José; COSTA, José Bruna Gonçalves e SILVA, Anderson Antônio. Agroecologia e os territórios do movimento: da transição e solidariedade agroecológica à emancipação feminina na Amazônia paraense. **Revista Mundo e Desenvolvimento – Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp**. Dossiê Amazônia: crise ambiental e perspectivas de desenvolvimento nacional e sustentável, v. 1 n. 4, 2020.

SOUZA, M. L.; TEIXEIRA, E. T. Fincando Bandeiras, Resignificando o Espaço: Territórios e "Lugares" do Movimento dos Sem-Teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009a.

SOUZA, Marcelo Lopes. A "Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n, 9, 2009b.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

SWINBURN, Boyd A; KRAAK, Vivica I; ALLENDER, Steven et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: **The Lancet Commission report**. Vol.393, Issue 10173, P791-846, February 23, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **The new faces of fascism: populism and the far right**. London: Verso, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of the World-Economy**: The States, the Movements and the Civilizations. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

Sobre os autores

Anderson Antonio da Silva - Graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi entre os anos de 2007 a 2016 Professor de Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo - Fatec - Unidade de Presidente Prudente. Atualmente é doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi editor da Revista NERA entre os anos de 2004 e 2009, membro do conselho científico da revista entre 2009-2020 e um dos editores do primeiro volume *on-line* da revista realizado em 2004 em Goiânia, durante o 6º Congresso Brasileiro de Geografia (CBG). OrcID - <https://orcid.org/0000-0001-8180-0920>

José Sobreiro Filho - Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Professor da Universidade de Brasília (UnB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4323-1314>

Como citar este artigo

SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José. Política Contenciosa Territorial e Desenvolvimento Socioterritorial: interações e convergências desde a agroecologia. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 36-60, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e desenvolvimento, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Anderson Antonio Silva ficou responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; **José Sobreiro Filho** trabalhou na revisão da redação sobre a parte referente a Política Contenciosa Territorial. Ainda **Anderson Antonio da Silva** foi responsável pela revisão final do artigo, atendendo as adequações exigidas pelos pareceristas.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2020.

Devolvido para revisão em 26 de julho de 2021.

Aceito para publicação em 04 de agosto de 2021.
